

O COOPERATIVISMO AO LONGO DA HISTÓRIA E AS PERSPECTIVAS PARA A ATUALIDADE

Paula Caroline de Lima*
Paula Pires da Silva**
Paulo Ricardo Bavaresco***

Resumo

O presente artigo objetivou analisar as possibilidades de cooperativismo na sociedade atual, considerando-se as dificuldades enfrentadas em decorrência do individualismo e a falta de paradigmas vivenciados. Para tanto, tratou-se, primeiramente, sobre a história do cooperativismo, iniciando o estudo com os precedentes para a criação da primeira cooperativa na cidade de Rochdale, na Inglaterra, a qual se apresentou como uma resposta à crise econômica que assolava a classe proletária no século XVIII. Posteriormente, abordou-se a temática pertinente ao trabalho e suas modificações ao longo dos anos, tanto sob o aspecto conceitual quanto sob o aspecto material, com a desvinculação do homem da terra, cenário em que o trabalho intelectual passou a ser tratado como fonte de riqueza. Como resultado do estudo realizado, observou-se que, embora inseridas em um mercado totalmente capitalista, as cooperativas têm apresentado-se como uma alternativa àqueles que estão excluídos do mercado competitivo, já que possuem grande capacidade de produção com baixo custo, o que lhes proporciona força suficiente para atender às demandas da competitividade.

Palavras-chave: Evolução. Cooperativismo. Trabalho. Mercado capitalista. Viabilidade das cooperativas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o decorrer dos anos, a sociedade passa por inúmeras e constantes mudanças, as quais são acompanhadas pelas pessoas, que alteram seu modo de vida de acordo com o contexto no qual estão inseridas.

Não imunes a essas mudanças, as formas de produção e associação entre indivíduos também se alteraram, implicando diretamente a mudança de visão conceitual de trabalho de acordo com o momento histórico vivido.

O presente trabalho teve como objetivo analisar o contexto em que surgiu o cooperativismo, como foi estruturado, e quais as suas características. Em um segundo momento, serão abordados o conceito de trabalho, o impacto causado pela Revolução Industrial na sociedade mundial e a ordem atualmente vivida. Por fim, o enfoque passará para o contexto social contemporâneo do cooperativismo, tratando das possibilidades e dificuldades de sua aplicação em nossa sociedade.

2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E ECONÔMICO EM QUE SURTIU O COOPERATIVISMO

Antes do século XIX todas as formas de cooperativismo existentes nessa época eram caracterizadas pela informalidade, não apresentando uma forma específica, sendo, portanto, assistemáticas. Essas formas de cooperativismo se exteriorizavam por meio da ajuda mútua entre a população rural.

A sociedade nesse período possuía o mesmo padrão econômico social, em que cada pessoa tinha seu lugar preestabelecido, segundo uma ordem natural ou divina em que, mesmo diante de situações de abuso, os injusticados permaneciam inertes, haja vista que as relações entre senhores e servos eram ditadas por códigos de honra,

* Acadêmica do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste; paulacl@yahoo.com.br

** Acadêmica do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste; paulaa_pds@hotmail.com

*** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Professor e Pesquisador na Universidade do Oeste de Santa Catarina de São Miguel do Oeste; Rua Oiapoc, 211, Agostini, São Miguel do Oeste, SC, 89900-000; paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

marcados pela lealdade e compromisso. Frisa-se que, nesse mesmo período, o próprio processo produtivo não apresentava mudanças notáveis, tampouco inovações tecnológicas ou administrativas.

Apesar da inércia característica da época, foi possível verificar, no século XVIII, uma progressiva mudança com a substituição das máquinas movidas pela força da água, pelas movidas a vapor, trocando-se a energia orgânica pela anorgânica, impulsionando um novo modo de produção, pelo qual a atividade laborativa era exercida sob o mesmo teto e realizada por diversos operários.

A nova forma de produção baseada nas máquinas a vapor implicou a aglomeração das fábricas em um grande centro, com a consequente criação de zonas periféricas de moradia, uma vez que não era mais necessária a ocupação de um vasto terreno no leito de um rio para alimentar a indústria, o que ocorria com as fábricas movidas por máquinas de energia orgânica.

Ainda, houve grande aumento populacional nesses centros em razão da vinda de operários das zonas rurais, dos quais alguns rumaram para os polos industriais para buscar trabalho, enquanto outros se viram obrigados a deixar suas casas em virtude da expansão dos campos de pastagem dos senhores rurais, que precisavam aumentar a produção em decorrência da grande demanda de matéria-prima.

A realidade do campo e dos grandes centros industriais era muito diferente, os trabalhadores oriundos do campo vieram totalmente despreparados para enfrentar as condições de vida da cidade e exercer suas funções na indústria. Não havia nenhuma associação ou organização que defendesse os direitos da classe proletária, uma vez que esta era expressamente proibida de fundar tais organizações para reclamar da excessiva carga horária trabalhada, das precárias condições de higiene, ou ainda da falta de alimentação.

Nessa época, a sociedade possuía duas classes sociais distintas: a dos proprietários das fábricas, que concentrava toda a riqueza e o poder sobre os fatores de produção; e a daqueles que exerciam a mão de obra das fábricas.

Tal disparidade nas condições de vida despertou o descontentamento e o sentimento de exploração na classe proletária, o que acarretou uma reação por meio de movimentos socialistas, os quais tinham como base o cooperativismo.

Conforme Schneider (1999, p. 35), o objetivo do movimento era substituir o modelo capitalista vigente, para “*Commonwealth* cooperativa”, pelo qual os trabalhadores passariam a ser os proprietários dos meios de produção e dos excedentes da fábrica.

Mencionado autor (1999, p. 36) salienta que as primeiras ideias e experiências de cooperativismo surgiram no século XVIII, e eram marcadas pelas seguintes características, as quais foram definidas por Mladenatz, um dos principais historiadores do cooperativismo:

- 1) A idéia da associação e a ênfase na união dos fracos e explorados na atividade econômica, lutando por objetivos comuns;
- 2) A cooperação é uma ação emancipadora do operariado de uma nação, através da organização dos interesses do trabalho;
- 3) A organização do trabalho realiza o seu caráter emancipador através da própria iniciativa dos interessados. Trata-se de uma ação de auto-ajuda, bem distinta da ajuda de caráter filantrópico e de ajuda do Poder Público, em defesa dos interesses dos mais fracos. Cabe ao Poder Público apoiar as iniciativas de auto-ajuda, sem interferir na sua administração interna;
- 4) A cooperação que é um apelo para que os homens se associem entre iguais, transforma o capital num meio para realização dos objetivos da cooperação, que, através de suas organizações, não visa gerar lucros, mas prestar serviços aos cooperadores;
- 5) A cooperativa representa uma economia coletiva. Todas as funções econômicas dos aderentes, como nas cooperativas de produção, ou somente parte delas, como nas cooperativas de produtores rurais, etc., passam a formar parte de uma empresa comum;
- 6) Cada cooperativa não é célula isolada, mas integrada em um todo maior, articulada de forma federativa, para dar-lhe mais força;
- 7) Esta organização deve ter um caráter permanente para que os fundos formados e acumulados através das poupanças dos sócios sirvam não só para os cooperadores contemporâneos, mas também para os futuros e a expansão do cooperativismo.

Essas sete características foram fundamentais ao cooperativismo, servindo de escopo aos escritores do movimento. Além delas, Schneider (1999, p. 37) acrescenta mais duas:

O caráter democrático das cooperativas, em que todos os operários são iguais e possuem os mes-

mos direitos; e a busca pela implantação de sistema econômico diverso do capitalismo, baseado na cooperação e na igualdade de direitos e oportunidades, através da cooperação entre as várias organizações associativo-comunitárias.

Após a grave crise econômica e social que perdurou de 1836 a 1850, em que o proletariado fora a classe mais prejudicada, iniciou-se um período de prosperidade comercial, com o aumento das oportunidades de emprego e melhoria salarial.

Frisa-se que tal avanço ocorreu, principalmente, em razão da constituição de sindicatos operários, que com sua atuação militante, conquistaram alguma melhoria nas condições de trabalho, a exemplo da redução da carga horária trabalhada.

Entre as cidades que mais sofreram com a crise econômica, pode-se citar Rochdale, onde diante de toda a situação pré-revolucionária ocasionada pela grave crise econômica e social do proletariado, os trabalhadores não ficaram inertes, engajando-se no movimento owenista, o qual lutava por um “Novo Mundo Moral”, inspirado na visão da “religião racional” proposta por Owen, em substituição às religiões convencionais.

Nesse contexto, surgiram vários sindicatos, sob a forma de entidades assistenciais, uma vez que a lei proibia a formação de sindicatos, acompanhados de cooperativas, algumas delas fundadas pelos owenistas e outras por William King. Entretanto, diante da dissolução da Federação Sindical, muitos sindicatos encerraram as suas atividades.

Tanto os sindicatos quanto as cooperativas da época objetivavam constituir “colônias cooperativas autônomas”, transformando a sociedade capitalista e competitiva em uma sociedade solidária e fundada na cooperação.

Entre 1826 e 1835 houve um elevado crescimento do número de cooperativas de consumo, fundando-se, em 1834, a Federação Sindical sob inspiração owenista. Todavia, algum tempo depois, Owen foi destituído da liderança do movimento, sendo substituído por líderes operários, momento em que passou a se dedicar a atividades de cunho religioso, fazendo que, com o passar do tempo, o owenismo deixasse de ser o principal evangelho daqueles que reagiam contra o capitalismo, os quais passaram a ser conduzidos pelo “movimento cartista”.

Tal movimento, fundado em 1839, tinha como principal líder Feargus O’ Connor, e sustentava que a emancipação do proletariado ocorreria pelo meio político, com a conquista do direito ao voto universal para a escolha dos dirigentes políticos, uma vez que, dessa forma, poderiam eleger como governantes pessoas solidárias com a classe proletária, haja vista que, até então, o voto era censitário, por meio do qual somente teria direito ao voto aqueles que se enquadrassem em determinado nível de renda.

O movimento cartista promoveu três revoluções populares, que foram severamente reprimidas pelo Governo, o que fez com que os adeptos se voltassem à criação de comunidades rurais, onde vigorava a propriedade privada sem, contudo, abandonar o cooperativismo, visto que diversas atividades econômicas dentro das comunidades eram desenvolvidas cooperativamente, formando pouco a pouco o capital próprio dos que eram associados.

De volta à cidade de Rochdale, marcada pela forte indústria têxtil e pela presença de muitos migrantes do interior rural da Inglaterra e da Irlanda, verificou-se uma vasta adesão do proletariado aos movimentos pelos seus direitos; muitos deles se filiaram à ideologia owenista, outros fizeram parte do movimento cartista e alguns das cooperativas de consumo de William King (SCHNEIDER, 1999).

Dentro desse contexto surgiu uma nova cooperativa, que teve origem com as frequentes reuniões dos trabalhadores, os quais buscavam discutir seu novo modelo de organização cooperativa, culminando na abertura de um armazém cooperativo de consumo.

Nos anos posteriores, com os sindicatos cada vez mais fortes, a melhoria na condição de vida e de trabalho da classe operária foi visível.

Com o desenvolvimento desse novo modelo de organização cooperativa, os pioneiros de Rochdale implantaram princípios e normas pertinentes ao cooperativismo, as quais passaram a ser seguidas, primeiramente, nas cidades vizinhas, e depois se ampliaram para todo o mundo, atingindo todos os países, de forma a delinear todas as cooperativas criadas a partir de então.

2.1 O CONCEITO DE TRABALHO NO DECORRER DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Em 1776, surge a palavra trabalho com a função de representar o exercício da força física, feita com o objetivo de atender às necessidades de determinada sociedade, promovendo seu sustento.

Um século depois, o termo “trabalho” também passou a ser utilizado para retratar o grupo de trabalhadores e operários que executavam determinada forma de produção nas fábricas.

Mais tarde, por meio das associações sindicais, estabeleceu-se uma relação entre os dois sentidos assumidos pelo termo “trabalho”, o qual adquiriu certo caráter político, de forma que, além de ser a força física a principal fonte de sustento da sociedade, também passou a ser uma forma de autoafirmação dos direitos trabalhistas.

Antes da Revolução Industrial, os níveis de renda eram muito semelhantes entre as grandes civilizações, como Roma, China e Índia, entretanto, essa situação modificou-se de forma assombrosa ao longo dos anos, sendo possível verificar um grande crescimento econômico na Europa, onde a renda *per capita* chegou a ser 50 vezes maior que nas demais civilizações.

Essa diferença iniciou a desigualdade global, uma vez que com a Revolução Industrial, a Europa passou a ser o destaque econômico e social da época, deixando de lado as ideologias que vigoravam há séculos por novas, as quais eram baseadas na ideia de que o trabalho gerava a riqueza.

A saída do homem da zona rural originou a nova ordem social, separando a ideia de trabalho, que era atrelada à terra, distinguindo ainda o trabalho corporal do trabalho intelectual.

Inicialmente, a mão de obra rural ficou sem exercer nenhuma atividade laboral. Tal fato proporcionou a ideia de que o homem havia se desvinculado do trabalho, e que possuía o controle da sua própria vida. Entretanto, tal pensamento não prosperou, pois em dado momento se percebeu que a única forma de obter riquezas era por meio do trabalho.

Ford (apud Bauman, 2008, p. 33) delineou uma nova forma de ordem racional que tinha como objetivo unir o capital com o trabalho, união que, segundo ele, ninguém poderia desfazer, pois da mesma forma que os trabalhadores precisam do emprego para sobreviver, o capitalismo precisa fornecer os empregos para poder produzir e crescer.

A ideia de um emprego vitalício, em que o trabalhador permanecia por toda vida, foi substituída por uma mentalidade de curto prazo, fazendo o cenário ficar cada vez mais incerto. Essa incerteza fez com que os interesses dos trabalhadores, antes comuns, passassem a ser individuais, dividindo-os, de forma a diminuir a sua força militante pela luta de direitos.

Embora tenha o capital se separado do trabalho, sua independência não foi absoluta. Alguns fatores locais e territoriais, bem como incentivos governamentais, ainda são determinantes para a concentração de capital.

Entretanto, as ideias têm gerado grandes lucros na sociedade moderna, não os objetos materiais. Isso porque a lucratividade delas está no número de consumidores e não de produtores, fato que proporcionaria mais independência ao capital.

Nesse contexto, segundo Peyrefitte (apud Bauman, 2008, p. 41), a confiança passa a ser a principal característica da sociedade moderna, e ocorre em três esferas: confiança em si; nos outros e nas instituições.

Essa confiança, inicialmente, permitia aos trabalhadores lutarem por seus direitos, uma vez que somente lutariam por tais objetivos se efetivamente confiassem na estrutura/empresa em que estavam inseridos.

Contudo, diante da constante mudança de empregos experimentada na sociedade moderna, além da falta de comprometimento político e da cada vez mais escassa ação coletiva, fez com que a confiança na empresa deixasse de ser comum.

O capital cada vez mais global, a falta de amparo estatal e o individualismo nos interesses dos trabalhadores, nada mais são do que reflexos da mudança, segundo Bauman (2008, p. 43), da modernidade “sólida” para uma modernidade “liquefeita”, em que nada é permanente, tudo se desfaz.

3 POSSIBILIDADES DE COOPERATIVISMO NA SOCIEDADE MODERNA

Como já demonstrado ao longo de toda a história, a classe dos trabalhadores sempre fora marginalizada e explorada, a mais atingida pelas crises econômicas, situação que perdura até hoje.

A exclusão da classe operária já se inicia no aspecto econômico, com a disparidade de sua remuneração comparada com a das classes econômicas superiores, tendo os trabalhadores restrito poder aquisitivo, o que reflete diretamente, e de forma negativa, em todos os outros aspectos, culturais, sociais, educacionais e na própria qualidade de vida.

Ainda, a posição estatal frente a essa situação pouco tem contribuído para alguma melhora na condição social dos trabalhadores, uma vez que com o capitalismo competitivo e o individualismo que vigora nas relações sociais atualmente, o Estado tem mantido-se inerte, não apresentando qualquer solução eficaz para o problema da desigualdade social.

Diante de toda essa competitividade do capitalismo, o trabalho foi inserido em uma nova realidade, na qual as empresas têm implantado, a todo momento, novidades tecnológicas, buscando redução dos custos e, ao mesmo tempo, maior produtividade, o que implica a crescente diminuição de vagas de emprego e a desvalorização do trabalhador.

Dentro deste contexto, em que as oportunidades de trabalho têm ficado cada vez mais escassas, o cooperativismo apresenta-se como uma alternativa àqueles que se veem excluídos do mercado de trabalho, por meio do qual os operários e trabalhadores rurais têm se unido a fim de fortalecer a classe e buscar melhores condições de trabalho e produção.

Embora os inúmeros benefícios do cooperativismo, alguns ainda questionam sua sustentabilidade, referindo-se à sua forma de autogestão.

Isso porque as empresas capitalistas criaram mecanismos e aparatos específicos para a administração, o que não ocorre nas cooperativas, onde os próprios trabalhadores são também os proprietários da empresa, devendo preocupar-se não apenas com a execução do trabalho, mas também com a gestão dos recursos, demandando tempo e pessoal em um mercado competitivo e predominantemente capitalista.

Outro dito problema decorrente da interação entre administração e execução do trabalho é que, por ser a cooperativa gerida democraticamente, em que todos os trabalhadores participam das deliberações, o que orientaria as decisões não seriam, em regra, as necessidades do capital e do mercado, mas a vontade do trabalhador.

Argumenta-se, assim, que diante da atual competitividade do mercado global, as cooperativas seriam incapazes de superar o capitalismo, considerando que em decorrência do seu modo de gestão, não sobreviveriam em meio às empresas de cunho capitalista.

Todavia, mesmo com a crítica de alguns, a ideia de possibilidade e sustentabilidade do modo de produção cooperativo ainda é forte.

Atualmente, o cooperativismo tem se mostrado como uma alternativa de produção no mercado capitalista, uma vez que as cooperativas se contrapõem à subordinação do trabalho ao capital, primando por princípios de ajuda mútua e crescimento conjunto, de forma a maximizarem a quantidade e a qualidade do trabalho antes dos lucros.

Embora se afirme que as cooperativas não poderiam superar o capitalismo, elas têm exercido grande força sob o mercado global, pois possuem grande capacidade de produção e os custos são reduzidos, já que além de trabalhadores, os cooperados são também sócios, autogerindo a empresa e fiscalizando todas as atividades da cooperativa, evitando maiores gastos com administração.

Além disso, a formação de cooperativas contribui para a diminuição da desigualdade social, aumentando a qualidade de vida, não apenas em âmbito econômico, mas também no que se refere aos aspectos sociais, ambientais e culturais, dentro do meio em que estão inseridas.

Desse modo, a cooperativa não representa apenas uma forma de produção, mas também uma entidade apta a contribuir para a melhoria econômica e social da classe trabalhadora, visando a diminuir a desigualdade social em um meio onde impera a inércia do Estado, que incentiva o individualismo e a competitividade.

4 CONCLUSÃO

Conforme se pôde observar, o cooperativismo teve origem com os movimentos socialistas decorrentes da desigualdade social e exploração do proletariado, no decorrer do século XVIII.

Inicialmente, as ideias de cooperativismo representavam uma reação à realidade social e econômica vivenciada pelos trabalhadores da época, manifestando-se por diversas doutrinas, a exemplo do owenismo, do cartismo e das cooperativas de William King.

Embora disseminada a ideia cooperativista, foi na cidade de Rochdale que se fundou uma nova cooperativa, iniciando uma época de visíveis melhorias nas condições de trabalho e de vida da classe operária. Com tal cooperativa, os pioneiros de Rochdale instituíram diretrizes para a formação de outras cooperativas, as quais foram espalhadas e seguidas pelo mundo inteiro. Bem como as condições de trabalho, o próprio conceito do termo “trabalho” foi se modificando ao longo dos anos.

Inicialmente, o conceito de trabalho estava atrelado à ideia de trabalho manual e força física, ligado ao meio rural. Todavia, no decorrer da história, diante da saída do homem do campo e da realidade social por ele encontrada nos grandes centros, esse conceito foi se transformando.

O trabalho foi desvinculado da ideia de força física, passando-se a aceitar o trabalho intelectual, muito mais rentável na sociedade moderna, haja vista que permite certa liberdade de circulação do capital.

Diante da sociedade atual, dadas todas as mudanças contextuais envolvendo a classe trabalhista, a liberdade do capital e a inércia do Estado, passou-se a questionar acerca da possibilidade de sobrevivência das cooperativas hoje, uma vez que em um mercado predominantemente capitalista e competitivo, o sistema cooperativista não seria capaz de suprir a demanda, sucumbindo frente às grandes empresas de capital.

Contudo, embora existam tais críticas, o cooperativismo ainda tem se mostrado como uma forte e eficaz solução para aqueles que se sentem excluídos do mercado de trabalho.

As cooperativas, na sociedade moderna, têm representado muito mais do que apenas um modo de produção; além de todos os benefícios econômicos aos cooperados, tais entidades têm sido aptas a modificar, positivamente, os âmbitos sociais e culturais da sociedade em que estão inseridas, melhorando as condições de vida daqueles ditos “excluídos” do mercado capitalista.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARVALHO, Alberto Jorge Santos Lima; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **O novo cooperativismo: um sonho possível? O caso COOPERNUT**. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/O%20NOVO%20COOPERATIVISMO%20um%20sonho%20poss%C3%ADvel%20O%20caso%20da%20COOPERNUT.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MARTINS, Caio. **O cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2902>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.